



## JUSTIFICATIVA DA LICITAÇÃO

### 1. DA LICITAÇÃO

<b>ÓRGÃO:</b>	Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social de Benevides
<b>ORDENADOR:</b>	Joliany Feitosa Mendonça
<b>TIPO DE OBJETO:</b>	( X ) Aquisição ( ) Serviço ( ) Obra/Serviço de Engenharia
<b>JULGAMENTO:</b>	( X ) Menor Preço ( ) Melhor Técnica ( ) Técnica e Preço ( ) Maior Desconto
<b>OBJETO:</b>	Adesão à Ata de Registro de Preços nº. 061/2020, decorrente do Processo Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico SRP nº. 33/2020, conduzido pela Prefeitura Municipal de Benevides, com o objetivo de contratar o fornecimento de materiais de consumo diversos, em especial equipamentos de proteção individual - EPIs.
<b>PRAZO:</b>	O contrato administrativo terá vigência até 31 de dezembro de 2020.

### 2. DA MOTIVAÇÃO

A realização do referido certame e, conseqüentemente, a possível contratação do objeto pretendido visam atender ao princípio constitucional indisponível da satisfação do interesse público, conforme se demonstra nos campos abaixo.

Primando por ambientes saudáveis e favoráveis ao oferecimento de serviços básicos de assistência social à população benevidenses, a Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social de Benevides – SEMTEPS entendeu por bem proceder o levantamento da Rede Física Assistência Social e elencar, de forma técnica e justificada, quais unidades deverão receber intervenções pontuais, objetivando o fornecimento de equipamentos de proteção individual para a execução dos programas, projetos e serviços.

A aquisição de equipamentos de proteção individual para as unidades de assistência social sé fundamental para a conservação de um alto nível de atendimento dos usuários da política de assistência social municipal, uma vez que apostar na boa ambiência e proteção sanitária se tornou base de suma importância para o acolhimento do público da assistência social.

Após confecção do relatório de vistoria técnica da Rede Física Municipal de Assistência Social e do Termo de Referência, documentos estes que apontam a necessidade de contratação do fornecimento de materiais de consumo (equipamento de proteção individual), a Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social de Benevides - SEMTEPS tomou conhecimento da existência de Ata de Registro de Preço nº 061/2020, com o mesmo objeto, e em plena vigência.

O procedimento foi levado à análise do engenheiro responsável, para que pudesse manifestar sobre a vantajosidade de possível adesão ao Registro de Preços aludido, o qual assegurou que a Ata de Registro de Preços nº 061/2020 apresenta todos os itens necessários para contratação e os valores unitários registrados se encontram abaixo dos valores de mercado. A área técnica requisitante se posiciona favoravelmente à contratação através da carona de licitação, por entender mais célere e vantajosa.

Cabe salientar que a premissa elementar adotada pelo ordenamento jurídico pátrio, no que concerne contratações públicas, é que todas as aquisições de bens ou contratação de serviços com terceiros, levadas a efeito pelo ente Público, serão



ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE BENEVIDES  
PODER EXECUTIVO

---

necessariamente precedidas de licitação, de modo a identificar e escolher a proposta mais vantajosa à Administração Pública.

A licitação, por força de dispositivos constitucionais (XXI, art. 37, CF/88) e infraconstitucionais (art. 2º da Lei nº 8.666/93), é regra para a Máquina Administrativa que, ao necessitar firmar relação obrigacional, deve instaurar certame licitatório para eleger seus fornecedores ou prestadores de serviços de forma impessoal, perseguindo a obtenção da proposta mais vantajosa ao atendimento do interesse público, com esteio em critérios de julgamento previamente definidos e divulgados, os quais colocam em condições isonômicas os licitantes interessados.

Todavia, a Lei Geral de Licitações, no § 3º, do Art. 15, vem criar o instituto do Sistema de Registro de Preço – SRP, que consiste em um procedimento auxiliar, como a finalidade precípua de facilitar a atuação da Administração Pública em geral nas contratações públicas, conservando, para contratações eventuais e futuras, as propostas mais vantajosas obtidas num ambiente de competição regulada e isonômica.

O SRP não é um instituto próprio de contratação, ou uma possível modalidade licitatória, mas tão somente uma técnica empregada no planejamento estratégico da Administração Pública, capaz de proporcionar ao Ordenador de Despesas a segurança de contratar objeto que fora registrado, pautado na oportunidade e conveniência administrativa, sem que isso gere qualquer compromisso e/ou obrigação para com a o(a) beneficiário(a) do Registro.

Desse modo, considerando-se o princípio constitucional da economicidade e da eficiência, entende-se que é juridicamente possível e, por vezes, extremamente aconselhável a um órgão da Administração aproveitar uma condição mais vantajosa de preços conquistada por outro órgão administrativo.

Neste diapasão, cumpre destacar o que brilhantemente nos ensina o Mestre Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:

*“O carona no processo de licitação é um órgão que antes de proceder à contratação direta sem licitação ou a licitação verifica já possuir, em outro órgão público, da mesma esfera ou de outra, o produto desejado em condições de vantagem de oferta sobre o mercado já comprovadas. Permite-se ao carona que diante da prévia licitação do objeto semelhante por outros órgãos, com acatamento das mesmas regras que aplicaria em seu procedimento, reduzir os custos operacionais de uma ação seletiva.*

*É precisamente nesse ponto que são olvidados pressupostos fundamentais da licitação enquanto processo: a finalidade não é servir aos licitantes, mas ao interesse público; a observância da isonomia não é para distribuir demandas uniformemente entre os fornecedores, mas para ampliar a competição visando a busca de proposta mais vantajosa.*

*(...)*

*Uma das vigas mestras da possibilidade de ser carona em outro processo licitatório é o dever do órgão interessado em demonstrar a vantagem da adesão sobre o sistema convencional. Logo, aderir como carona implica necessariamente em uma vantagem ainda superior a um novo processo.*

*Essa vantagem se confirma por pesquisa e pode até mesmo ser considerada, quando em igualdade de condições entre o preço registrado e o de mercado, pelo custo indireto da licitação.*

*(...)*



ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE BENEVIDES  
PODER EXECUTIVO

---

*O aprimoramento do Sistema de Registro de Preços e a intensificação do uso do carona levarão inevitavelmente ao expurgo dos preços abusivos, pois a publicidade de ofertas disponíveis será cada vez mais ampliada.*

*(...)*

*Os fundamentos de lógica que sustentam a validade do Sistema de Registro de Preços e do sistema de 'carona' consistem na desnecessidade de repetição de um processo oneroso, lento e desgastante quando já alcançada a proposta mais vantajosa. Além disso, quando o carona adere a uma Ata de Registro de Preços, em vigor, normalmente já tem do órgão gerenciador – órgão que realizou a licitação para o Sistema de Registro de Preços – informações adequadas sobre o desempenho do contratado na execução do ajuste.*

*É importante não perder de vista que a licitação é um procedimento prévio a um contrato e quanto menos tempo e custo consumir mais eficiente é o processo.*

*(...)*

*Por fim, é importante assinalar que nenhum sistema está imune a desvios de finalidade, mas essa possibilidade não pode impedir o desenvolvimento de processos de modernização.”*

*(FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Carona em sistema de registro de preços: uma opção inteligente para redução de custos e controle. O Pregoeiro, v. 3, out. 2007. Disponível em: <<http://www.jacoby.pro.br/Carona.pdf>>.)*

Assim, resta cristalina a vantagem de recorrer a uma proposta mais vantajosa já obtida pela Administração Pública, desde que adequada à necessidade do órgão aderente, que demonstrada a economicidade da contratação através de pesquisa mercadológica, o que ocorreu no caso em tela.

A Diretoria Administrativa e Financeira da SEMTEPS, após análise dos autos e do valor global mais vantajoso apresentado para a contratação por adesão, em cumprimento ao disposto pelo Art. 14 da Lei nº 8.666/1993, informou possuir lastro orçamentário suficiente para cobrir as despesas dos serviços de manutenção predial, adequado à Lei Orçamentária Anual - LOA e compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e o Plano Plurianual - PPA.

A justificativa da contratação, o quantitativo desejado e as condições para cumprimento da obrigação encontram-se presentes no Termo de Referência constante dos autos, demonstrando estar a necessidade da Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social de Benevides – SEMTEPS em consonância com o objeto que fora licitado pela Prefeitura Municipal de Benevides - PMB no Pregão Presencial SRP nº 01-033/2020 e, por via de consequência, consignado na com a Ata de Registro de Preços nº 061/2020.

Está presente nos autos anuência da empresa beneficiária da Ata de Registro de Preços ao pedido de adesão, nos quantitativos descritos no termo de referência e sem prejuízo dos itens registrados originalmente, com esteio no Art. 23, § 2º, do Decreto Municipal nº 271/2019. Presente também manifestação do Órgão Gerenciador do Registro de Preços, conforme determinou o Art. 23, § 1º, do diploma municipal, o qual, após verificar os limites regulamentados para carona no Município, anuiu com o pedido de adesão e o autorizou formalmente.

A minuta de Contrato Administrativo, vinculada ao Instrumento Convocatório do Pregão Presencial SRP nº 01-033/2020, fora analisada e aprovada pelo Departamento Jurídico competente, o qual pontuou que as cláusulas nele constantes guardam



ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE BENEVIDES  
PODER EXECUTIVO

conformidade com o Art. 54 e seguintes, da Lei nº 8.666/1993, restando livre de quaisquer vícios que gerem nulidade do ato.

Nesse seguimento, com base em todos os procedimentos acertadamente adotados pela SEMTEPS, ficou a vantagem da adesão devidamente demonstrada pela pesquisa mercadológica realizada, segundo manifestação da técnica desta secretaria, os quais apontam que os preços praticados no mercado se encontram a maior, em comparação ao Registro de Preços pretendido.

De fato, entre a realização de procedimento licitatório próprio para a deflagração de Pregão para Registro de Preços, o valor consignado na Ata de Registro de Preços sob análise é indubitavelmente mais vantajoso. Frise-se que tal elemento é requisito *sine qua non* à legalidade da adesão, uma vez que a razão de ser da adesão à ata é justamente a obtenção de benefícios ao aderente, sobretudo aquele relacionado ao dispêndio financeiro a ser realizado.

Neste ponto, dispõe o Decreto Municipal:

*“Art. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, deverá, prioritariamente, ser utilizada por qualquer órgão ou entidade autárquica e fundacional da Administração Pública Estadual que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador.*

*§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.”*

De mais a mais, mutatis mutandis, o entendimento do Art. 3º da Lei de Licitações e Contratos, é plenamente aplicável ao caso, eis que dotado de carga principiológica aplicável a toda a gama de contratações públicas, ei-lo:

*“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.*

Conforme Jurisprudência do TCU, antes da adesão à ARP deve ser feita pesquisa de mercado que comprove que os preços estabelecidos na ARP estão compatíveis com os comercialmente praticados, garantindo assim a seleção da proposta mais vantajosa para Administração, consoante estabelece o Art. 3º da Lei 8.666/1993 (Acórdãos nº 2.786/2013 - Plenário e nº 301/2013 - Plenário), o que ocorreu.

Destarte, com supedâneo na normatização e jurisprudência pátria, bem como em toda a documentação constante dos autos, especialmente no parecer técnico, apresentado pela nutricionista desta SEMTEPS, e no parecer jurídico, largamente fundamentado pela Assessoria Jurídica Municipal, a comprovação de vantagem da pretensa adesão se apresenta indubitavelmente satisfeita, o que, por si só, justifica esta contratação por carona em licitação.

### 3. DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ÓRGÃO	Secretaria Mun. Trabalho e Promoção Social



ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE BENEVIDES  
PODER EXECUTIVO

<b>UNIDADE ORÇAMENTÁRIA</b>	Fundo Municipal de Assistência Social
<b>FUNCIONAL PROGRAM.</b>	08 112 0003 2.059 – Manut. da Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social.
	08 122 0019 2.067 – Manut. das ações dos centros de referência especializado de assistência social – CREAS.
	08 244 0018 2.077 – Apoio às ações dos centros de referência de assistência social.
	08 244 0018 2.078 – Manutenção do Cadastro Único para programas sociais – Programa Bolsa Família.
	08 244 0697 2.083 – Manutenção das unidades de atendimento.
<b>ELEMENTO DE DESPESA</b>	Material de consumo
<b>SUBELEMENTO DE DESPESA</b>	Equipamento de Proteção Individual
<b>DO VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 30.585,00</b>	

Eu, no uso de minhas atribuições legais, em cumprimento às determinações do inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e na qualidade de Ordenador(a) de Despesas, à vista da estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro, DECLARO que as despesas decorrentes da licitação pretendida não afetarão o equilíbrio das contas públicas.

Por fim, informo que as referidas despesas correrão por conta da dotação orçamentária acima apresentada, ou por outra extraordinariamente apresentada em momento posterior, estando adequada(s) à Lei Orçamentária Anual e compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual.

#### **4. DA FISCALIZAÇÃO DA OBRIGAÇÃO**

Para exercer o acompanhamento e fiscalização da obrigação, de acordo com o disposto no Termo de Referência, inclusive atestar o recebimento do objeto, será designado, através de ato formal, devidamente assinado pelo(a) Ordenador(a) de Despesas competente, servidor(a) da CONTRATANTE para exercer a função de FISCAL DA OBRIGAÇÃO.

#### **5. DA DELIBERAÇÃO**

Com base em tudo aqui exposto e fundamentado, na condição de Ordenadora de Despesa, venho, por meio deste, ratificar o Termo de Referência, encaminhando os autos à Controladoria Municipal, para que proceda análise de todos os atos e documentos acostados ao procedimento e se manifeste quanto à regularidade da pretensa contratação por adesão a Ata de Registro de Preços, inclusive levando em consideração a legalidade na condução do certame Pregão Eletrônico SRP nº 033/2020



**ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE BENEVIDES  
PODER EXECUTIVO**

---

pelo órgão Prefeitura Municipal de Benevides, além das demais providências e apontamentos que entender necessários.

Benevides/PA, 24 de novembro de 2020.

---

**JOLIANY FEITOSA MENDONÇA**  
Secretária Municipal de Trabalho e Promoção Social  
Decreto nº 002/2017